

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR

REQUERIMENTO Nº , DE 2003

(Do Sr. Zezéu Ribeiro)

Requer a realização de audiência pública para debater as interfaces entre a ação dos serviços de registro imobiliário e o desenvolvimento urbano.

Senhor Presidente:

Vimos requerer, nos termos regimentais, que, ouvidos os ilustres membros desta Câmara Técnica, seja convocada audiência pública para debater as interfaces entre a ação dos serviços de registro imobiliário e o desenvolvimento urbano. Sugerimos que sejam convidadas a participar as seguintes pessoas:

- Rogério Portugal Bacellar, Presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG;
- Sérgio Jacomino, Presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil - IRIB;
- Edésio Fernandes, Diretor de Assuntos Fundiários do Ministério das Cidades;
- Dr. Omar da Silveira Neto - Chefe do Departamento de Titulação do DEMHAB de Porto Alegre;

- representante da Diretoria de Desenvolvimento Urbano e Governo da Caixa Econômica Federal;
- representantes do setor empresarial (SECOVI, SINDUSCON e/ou AELO);
- representante do Fórum Nacional de Reforma Urbana.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 18 de junho próximo passado, o Ministério das Cidades realizou a 1ª Jornada de Discussões Temáticas no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável, com o tema “A Ação dos Cartórios de Registro Imobiliário no Contexto dos Programas de Regularização”. Mais de 70 pessoas de diferentes Unidades da Federação debateram o tema, chegando à conclusão de que se impõe no País, de imediato, um amplo processo de discussão acerca dos custos dos registros imobiliários e dos obstáculos existentes ao registro de títulos e contratos, especialmente no que se refere às iniciativas governamentais de regularização fundiária. Apontou-se, ainda, a necessidade de se estudarem possíveis revisões na legislação em vigor sobre o tema.

Na verdade, as interfaces entre as ações dos serviços de registro imobiliário e o desenvolvimento urbano vão além dos programas de regularização fundiária. Parece ser consenso, entre os agentes que atuam no desenvolvimento urbano, a necessidade de reavaliação dos custos cartoriais e de padronização, em caráter nacional, dos procedimentos referentes aos registros imobiliários. Nesta Comissão, esses pontos chegaram a ser especificamente debatidos na legislatura passada, no âmbito do grupo de trabalho formado para propor uma nova lei de parcelamento do solo urbano. Esse grupo, todavia, não chegou a finalizar por completo suas tarefas.

